

# Interseccionalidade e política no Instagram: os discursos de candidatas lésbicas, bissexuais e trans nas eleições municipais de 2020

Intersectionality and politics on Instagram: the discourses of lesbian, bisexual and trans candidates in the 2020 municipal elections

Carolina Bonoto<sup>[\*]</sup>  
c.bonoto@gmail.com

Fernanda Nascimento<sup>[\*\*]</sup>  
fn.imprensa@gmail.com

## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma análise de perfis públicos de candidatas autoidentificadas como lésbicas, bissexuais e trans nas eleições municipais de 2020. Nosso objetivo, com base em uma perspectiva interseccional, é descrever e analisar algumas das características presentes nos discursos identitários dessas candidatas durante as campanhas. No Instagram, observamos 132 candidaturas, de 20 partidos políticos, em 21 estados brasileiros. A coleta de dados foi realizada entre 27 de setembro e 15 de novembro - período equivalente ao início da campanha eleitoral até o final do primeiro turno - e resultou em 3.385 publicações coletadas via CrowdTangle. Para analisar esses dados, utilizamos análise de conteúdo (AC). Os dados foram selecionados conforme a presença de elementos interseccionais, resultando em um *corpus* final de 359 publicações. Entre os resultados, destacamos: o Instagram é a principal plataforma utilizada, sobretudo por suas *affordances*; as candidaturas LBT são, com frequência, atravessadas por marcadores de classe, geração, religião e pertencimentos étnico-raciais; os marcadores de raça e identidade de gênero não são nomeados por mulheres brancas e cisgêneras; a representatividade é central nas candidaturas, muitas

## ABSTRACT

This paper presents the results of an analysis of public profiles of self-identified lesbian, bisexual and trans candidates during the 2020 municipal elections. Our goal, based on an intersectional perspective, is to describe and analyze some of the characteristics present in the identity discourses of these candidates during their campaigns. We observed 132 candidacies on Instagram, from 20 political parties, in 21 Brazilian states. Data collection, via CrowdTangle, was carried out between September 27 and November 15 - from the beginning of the electoral campaign until the end of the first round - and resulted in 3.385 publications. To analyze this data, we used content analysis (CA). Data were selected according to the presence of intersectional elements, resulting in a final corpus of 359 publications. Among the results, we highlight: Instagram is the main platform used, especially for its affordances; LBT candidacies are often crossed by class, generation, religion and ethnic-racial belongings; race and gender identity markers are not named by white and cisgender women; representativeness is central to the candidacies,

<sup>[\*]</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Av. Paulo Gama, 110 - Farroupilha, Porto Alegre (RS).

<sup>[\*\*]</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, S/N - Trindade, Florianópolis (SC).

delas inéditas em suas cidades; e, por fim, há uma proliferação de identidades politicamente potentes buscando ocupar os espaços da política brasileira e utilizando plataformas digitais para tanto.

**Palavras-chave:** análise de conteúdo; gênero; Instagram; interseccionalidade, sexualidade.

many of them unprecedented in their cities; and, finally, there is a proliferation identities seeking to occupy Brazilian's politics spaces and using digital platforms to do so.

**Keywords:** content analysis; gender; Instagram; intersectionality; sexuality.

## Introdução

A reivindicação de mulheres lésbicas, bissexuais e trans<sup>[1]</sup> por mais visibilidade e representatividade é a tônica das articulações políticas que mobilizam esses grupos há décadas. Locus de tensionamento entre movimentos feministas, LGBTs e dentro dos estudos de gênero e *queer*, a defesa de um maior protagonismo para as experiências de mulheres não cisgêneras e/ou heterossexuais emerge tanto em campos acadêmicos quanto na militância social.

Na política institucional, de modo específico, a reiterada ausência de mulheres e LGBTs fortalece a divisão hierárquica dos gêneros e sexualidades em um sistema já consolidado de desigualdades. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições de 2018 apontam uma queda nas candidaturas de mulheres<sup>[2]</sup> em relação a 2014, com exceção nos governos estaduais (de 10,4% para 14,4%). Já no pleito de 2020 houve um aumento irrisório em relação às eleições de 2016 de 0,1% para as prefeituras e 1,3% para as câmaras municipais.

Em um complexo cenário de sub-representação, os espaços políticos se tornam palco de disputas não apenas eleitorais, mas também por reconhecimento social. Nesse contexto, a noção de representatividade ganha força nos discursos eleitorais, sobretudo de minorias políticas. Ainda que com limitações, o termo pressupõe a possibilidade da eleição de representantes que possam atender às demandas de grupos sociais específicos, fortemente baseados em pertencimentos identitários.

O conceito de identidade é multifacetado e deve ser pensado a partir de sua complexidade. Com base nos estudos culturais, compreendemos as identidades enquanto categorias plurais, não-fixas e instáveis (Cucho, 2002; Hall, 2014; Woodward, 2014). Já os estudos *queer* fornecem o referencial para tratarmos as identidades

como produções discursivas, situacionais e contingenciais (Butler, 2015) que podem ser acionadas politicamente (Weeks, 2013). A noção de interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Piscitelli, 2008; Collins, 2019), por sua vez, permite olhar para as interseções entre os múltiplos marcadores sociais e refletir sobre o lugar ocupado por esses corpos atravessados pela diferença.

Assim, no diálogo entre a comunicação política, os estudos culturais e os estudos *queer*, propomos esta investigação para debater quais são as características dos discursos identitários-interseccionais acionados, no Instagram, por candidatas lésbicas, bissexuais e trans em campanha durante as eleições de 2020. Com base nesse problema de pesquisa, nosso objetivo central é descrever e analisar tais categorias identitárias a partir de processos de identificação e diferenciação.

Para tanto, mapeamos 312 candidaturas assumidamente LGBTs a partir de informações disponibilizadas por coletivos, associações e setoriais de diversidade sexual dos partidos políticos. Dessas, 166 candidaturas eram autoidentificadas como mulheres lésbicas, bissexuais e/ou trans. Além do recorte de gênero e sexualidade, optamos por desconsiderar as candidaturas coletivas (6); as candidaturas aos cargos de prefeita e vice-prefeita (6); e aquelas que mantinham perfil privado ou sem uso para fins de campanha (22), resultando em 132 candidaturas, de 20 partidos políticos, em 21 estados brasileiros.

A coleta de dados, via Crowd Tangle (2020), resultou em 3.385 publicações no Instagram e um total de 719.277.234 interações (curtidas + comentários). Para analisar esses dados, empregamos uma análise de conteúdo (AC), com base nos trabalhos de Laurence Bardin (2007). Com múltiplas formas e abordagens, a AC permite o estudo dos rastros publicados no espaço digital, tanto de forma qualitativa quanto de forma quantitativa.

Já a escolha do Instagram se justifica pela predominância do uso dessa mídia social pelas candidaturas. Apesar

[1] Utilizamos “trans” como uma palavra guarda-chuva que inclui as candidaturas auto-identificadas como transexuais e travestis.

[2] De 27,3% para 15,4% na disputa presidencial; de 19% para 17,6% no Senado; de 31,8% para 31,7% na Câmara Federal e de 31,4% para 31,3% nas Assembleias Legislativas dos estados e do Distrito Federal.

de não ser frequentemente associado ao consumo político, o relatório da *Reuters Institute* (Newman *et al.*, 2020) mostrou que quase um terço dos respondentes brasileiros (30%) utilizam o Instagram para se informar – a frente, por exemplo, do Twitter (17%). Entendemos, portanto, que o conteúdo circulado no Instagram também tem impacto na forma como brasileiros e brasileiras se informam sobre política e, conseqüentemente, sobre as eleições.

## Que mulheres são essas? Identidades, interseccionalidades e entrelaçamentos

As múltiplas histórias e experiências vividas por mulheres lésbicas, bissexuais e trans se situam em entrecruzamentos nos quais há, ao menos, dois fatores de opressão que perpassam suas experiências: o gênero e/ou a sexualidade. Esses grupos, organizados de maneira fragmentada e, posteriormente, articulando ações conjuntas, estão entre aqueles responsáveis por questionar o feminismo, bem como a produção teórica dos estudos de gênero, quanto à universalidade do sujeito “mulher”. Desde a década de 1970, diversas contribuições de feministas, especialmente negras, pós e descoloniais, passaram a problematizar a insuficiência dessa categoria.

A construção das identidades de mulheres lésbicas, bissexuais e trans – assim como de todas as identidades – é um processo realizado no campo da cultura, e não determinado por uma essência, aponta Stuart Hall (2014). As identidades são um ponto de encontro entre os discursos e as práticas que nos convocam a assumir nossos lugares como sujeitos sociais, sendo permanentemente ressignificadas. As identidades são, nesse sentido, também uma forma de localização no sistema social (Cuche, 2002). Podem ser um mecanismo de inclusão e, ao mesmo tempo, de exclusão. Ou seja, são construídas por meio da diferença, por meio da relação com o Outro (Hall, 2014).

Kathryn Woodward (2014) situa a diferença como elemento central na produção de significados que dão certa ordem à vida social, de modo que as distinções (entre nós e

eles; o fora e o dentro; o sagrado e o profano; o masculino e o feminino) estão no centro dos sistemas de significação da cultura. Ao falarmos das identidades de gênero e sexuais<sup>[3]</sup> dissidentes, porém, é necessário destacar que a diferença é, muitas vezes, constituída em oposição à matriz cultural heterossexual fazendo com que certos tipos de identidade não possam “existir”, como lembra Judith Butler (2015).

Nesse sentido, a noção de interseccionalidade, compreendida pela “multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social” (Piscitelli, 2008, p. 263) nos permite explorar a complexidade das relações estabelecidas entre diversos marcadores sociais. Embora a preocupação com o entrelaçamento de diferenças na produção de desigualdades não seja recente no pensamento feminista negro<sup>[4]</sup>, podendo ser traçada ao movimento abolicionista dos Estados Unidos no século XIX (Brah, 2007; Collins, 2019), o termo “interseccionalidade” foi sistematizado apenas em 1989, nos trabalhos da teórica feminista Kimberlé Crenshaw, para pontuar que “nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2004, p. 10).

Partindo de reflexões sobre as experiências de mulheres negras norte-americanas, Crenshaw (2004) demonstra que a discriminação racial e a discriminação de gênero operam juntas, de forma interseccional, impactando diretamente na vida dessas mulheres, inclusive no acesso a direitos civis e humanos. Sem restringir as diferentes discriminações que podem se sobrepor na construção de desigualdades, a autora define interseccionalidade enquanto uma “conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Na metáfora da intersecção, mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões têm a árdua tarefa de “negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos” (Crenshaw, 2002, p. 177). Nesse sentido, uma análise interseccional de questões sociais pode revelar não apenas como a violência é praticada dentro de sistemas de poder, mas também como constitui um fio comum que liga racismo, colonialismo, heteropatriarcado, nacionalismo e capacitismo (Collins e Bilge, 2021).

[3] Identidade sexual pode ser entendida pelo modo como alguém se relaciona afetivo-sexualmente. Já a identidade de gênero representa as posições-de-sujeito que se pode tomar dentro do conjunto: sexo designado ao nascer – sentimento subjetivo de sexo – gênero designado ao nascer – sentimento subjetivo de gênero.

[4] Um marco simbólico na literatura do tema é o manifesto do *Combahee River Collective*, de 1977, escrito por feministas negras e lésbicas que defendiam uma luta articulada contra o racismo, o heterossexismo e a exploração de classe (Davis, 2008). Outros exemplos incluem os trabalhos de Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez, ainda na década de 1980.

Não se trata, portanto, de um simples somatório de múltiplas identidades. A interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica que visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural de certas opressões e seus efeitos sociopolíticos, destaca Carla Akotirene (2019). Isso porque permite tornar visíveis certas especificidades presentes nos sistemas de poder e, por consequência, na organização das sociedades.

De modo geral, as candidaturas aqui observadas carregam consigo dois elementos nucleares em suas vivências: a identificação com o gênero feminino; e o rompimento com o pressuposto de linearidade entre sexo-gênero-sexualidade-desejo estabelecido pela cisheteronormatividade. Suas experiências constroem diferenças particulares, mas se inserem em um sistema mais amplo que conforma a sociedade brasileira. Nesse sentido, analisar os discursos acionados por candidatas LBT durante uma campanha eleitoral, dentro de uma perspectiva interseccional, parece-nos um caminho frutífero para debater os impactos das estruturas de poder sobre a formação dessas identidades, mas também as potências políticas dessas “multidões queer” (Preciado, 2019).

## Discursos, mídias sociais e as disputas por visibilidade

O termo discurso é aqui compreendido, a partir dos trabalhos de Michel Foucault (1999; 2015), como uma prática social, historicamente delimitada, que constitui os sujeitos e os objetos. Para além de um enunciado, o discurso é uma forma de representação e reprodução ideológica “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (Foucault, 1999) por múltiplas relações de poder e dominação. O discurso é, portanto, um espaço onde poder e saber se articulam.

De modo semelhante, Pierre Bourdieu (2004) situa a linguagem como uma ferramenta essencial na construção da realidade, uma vez que compõe o complexo conjunto simbólico pelo qual os sujeitos constituem suas visões de mundo. Entretanto, raramente as trocas simbólicas se reduzem a uma relação de pura comunicação. Um enunciado performativo está condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do “poder” de pronunciar-lo, destaca o autor. O discurso é, assim, uma imposição dos dominantes sobre os dominados que reconstrói e determina as estruturas da dominação, legitimando a ordem social vigente.

Nesse contexto, o ambiente digital se apresenta como um espaço razoavelmente democrático que pos-

sibilita a publicação de discursos não-hegemônicos e, por consequência, uma maior pluralidade de formações discursivas. Importante destacar, porém, que a internet se encontra cercada pelo poder dos grandes conglomerados empresariais e, em variados níveis, regulada pelos governos. Além do mais, é preciso considerar as assimetrias existentes nas condições de acesso às tecnologias, sobretudo nos limites de exclusão digital, a fim de evitar perspectivas deterministas e ufanistas sobre a sua atuação.

Outro ponto relevante é a compreensão de que as plataformas não são meras intermediárias nos processos de interação. As práticas, sobretudo nas mídias sociais, estão fortemente relacionadas às apropriações que os usuários fazem das funcionalidades técnicas dessas plataformas, que abrem amplas, embora finitas, possibilidades de uso (d’Andréa, 2020). Podendo, inclusive, gerar desvios das propostas iniciais. Ou seja, artefatos tecnológicos e práticas sociais se influenciam mutuamente em um sistema que se retroalimenta.

O Instagram – objeto de estudo neste trabalho –, por exemplo, passou por inúmeras mudanças ao longo dos anos. Lançado em outubro de 2010, com a proposta original de ser um espaço de compartilhamento de imagens simples, de momentos cotidianos, capturadas com as lentes do celular, o Instagram, com o passar do tempo, foi sendo apropriado de formas diversas que subvertem as práticas inicialmente previstas em seu *design*. Hoje, as imagens são frequentemente publicadas após o processamento de filtros e edições (Manovich, 2016) e, muitas vezes, são utilizadas para fins comerciais.

Além de fotos, a plataforma permite que o usuário edite e publique vídeos, veja publicações de outros usuários, interaja com elas, explore outras postagens pela ferramenta de pesquisa, compartilhe conteúdo de terceiros, etc. Nas mídias sociais, de modo geral, a ação dos usuários é determinante nas dinâmicas de circulação de informações (Zago e Bastos, 2013), uma vez que facilita a propagação em larga escala de discursos distintos. Nesse sentido, faz-se interessante compreender nosso objeto a partir dos conceitos de datificação, algoritmos e *affordances*.

A datificação e os algoritmos se referem à arquitetura computacional das plataformas que, por exemplo, buscam padrões nos seus usos, apropriam-se de modelos de aprendizagem de máquina e mobilizam mediações algorítmicas para intermediar as interações dos usuários (d’Andréa, 2020). Além de influenciar as formas de participação nas plataformas, a coleta e o processamento de dados também serve para analisar o comportamento de usuários, agregar suas preferências e gerar ferramen-

tas de predição. Assim, métricas de popularidade de publicações em plataformas de mídias sociais por meio de botões, como o curtir no Instagram, são diretamente influenciadas por elementos de datificação.

Já a noção de *affordances* se refere aos usos possíveis de cada plataforma em relação às suas características tecnológicas, que permitem determinadas ações enquanto limitam outras, afetando os comportamentos sociais nesses espaços. As ferramentas disponibilizadas acabam moldando e padronizando o comportamento dos usuários, ainda que sujeitas a transformações, conforme indicamos acima. Nesse sentido, funcionalidades como as do Instagram (curtir, comentar, compartilhar) são mobilizadas por usuários de modo a alavancar a visibilidade de determinados conteúdos, conforme suas crenças e opiniões, tendo especial impacto na circulação de discursos políticos, interesse desta pesquisa.

## Metodologia

Com objetivo inicial de analisar a presença de candidatos e candidatas LGBT nas eleições municipais de 2020, mapeamos as candidaturas assim identificadas em três mídias sociais: Facebook, Instagram e Twitter. O levantamento resultou em 312 candidaturas, de 26 partidos políticos, nos 26 estados brasileiros, e evidenciou a predominância do Instagram enquanto plataforma mais utilizada nas campanhas eleitorais (83%) à frente de outras mídias sociais, como o Facebook (56%) e Twitter (27%), justificando sua escolha para esta análise.

Neste trabalho, também optamos pelo foco em candidaturas de mulheres lésbicas, bissexuais e trans, que representam 166 do total. Dessas, foram desconsideradas as candidaturas que mantinham perfil privado ou sem uso para fins de campanha no Instagram, além das candidaturas coletivas e as candidaturas aos cargos de prefeita e vice-prefeita. A partir desses recortes, analisamos 132 candidaturas, de 20 partidos políticos, em 21 estados brasileiros, que totalizaram 3.385 publicações e 719.277.234 interações (curtidas + comentários).

A coleta de dados foi feita via Crowd Tangle (2020), ferramenta da empresa Facebook que arquiva

publicações públicas do Instagram<sup>[5]</sup>, entre 27 de setembro e 15 de novembro, período equivalente ao início da campanha eleitoral até o final do primeiro turno. Para analisar esses dados, empregamos uma análise de conteúdo (AC), inspirada no trabalho de Laurence Bardin (2007). Com foco conceitual, a AC permite a análise temática de categorias centrais presentes nas publicações, de forma qualitativa e também quantitativa.

Na primeira fase, de pré-análise, a leitura flutuante (Bardin, 2007) dos dados revelou uma significativa presença de discursos sobre identidade e interseccionalidade nas publicações das candidatas, despertando o interesse desta pesquisa. Com foco nos discursos identitários-interseccionais, nosso *corpus* passou a ser composto por 625 publicações. Entre idas e vindas, essa análise exploratória foi fundamental também na construção das categorias iniciais. A aplicação do método compreendeu, portanto, três procedimentos: codificação dos dados, categorização e inferência (Bardin, 2007). Na codificação, as postagens foram assim classificadas:

(1) Apresentação (15,8%) – publicações em que as candidatas contam suas histórias pessoais, trajetórias políticas e apresentam suas principais pautas.

(2) Ineditismo (12,8%) – publicações que destacam a ausência dessas identidades no âmbito da política institucional, bem como a importância de ocupar esses lugares de disputa de poder.

(3) Afirmação (28,8%) – publicações em que as identidades não-normativas são politicamente acionadas enquanto estratégia de localização social, pertencimento e/ou resistência.

(4) Identidade coletiva (10,1%) – publicações marcadas por um pertencimento histórico, fortemente relacionadas a sentimentos de ancestralidade e responsabilidade que justificariam o engajamento político.

(5) *Hashtags* panfletárias (27,4%) – publicações em que as *hashtags* são utilizadas como bandeiras ou palavras de ordem, mesmo quando o restante do conteúdo não faz qualquer referência a um discurso identitário. Essa delimitação foi pensada para evitar a sobreposição de categorias<sup>[6]</sup>.

[5] Ou seja, o CrowdTangle não coleta publicações privadas ou *stories* (fotos e vídeos de até 15 segundos que são exibidos apenas durante 24 horas).

[6] Segundo Bardin (2007), as categorias devem ser construídas a partir de cinco princípios fundamentais: exclusão mútua; homogeneidade; pertinência; objetividade; e produtividade.

(6) Não-textuais (3,9%) – publicações em que o discurso identitário extravasa o formato texto/vídeo<sup>[7]</sup>. Categoria pensada para incluir *emojis* como a bandeira do arco-íris, símbolo do ativismo LGBT, por exemplo.

Já a categorização compreendeu a construção de critérios e a classificação dos dados em conjuntos específicos. Neste trabalho, analisaremos 359 publicações (10,6% do total), com 184.644.332 interações (25,7% do total), correspondentes às três primeiras categorias acima descritas: de apresentação (N=99); de ineditismo (N=80); e de afirmação (N=180). Por fim, a inferência, ou seja, a interpretação dos dados a partir dos contextos da análise, será indicada nas seções a seguir.

Importante destacar, antecipadamente, que não pretendemos esgotar ou fechar as possibilidades de análise sobre as identidades não-normativas no âmbito político-institucional. Nossa proposta, considerando a extensão desta pesquisa, reside em contribuir para a reflexão de como as interseccionalidades são articuladas nos discursos eleitorais, desvelando sistemas de desigualdades, mas também mobilizando pontos de resistência e afirmação.

## “Muito prazer, eu sou”: presenças e ausências nos discursos de apresentação

Ao refletirmos sobre mulheres lésbicas, bissexuais e trans é possível vislumbrá-las como corpos que provocam disrupturas no sistema sexo-gênero-sexualidade-desejo por desestabilizarem o pressuposto de cisgeneridade e heterossexualidade engendrado pela cisheteronormatividade<sup>[8]</sup> vigente. Elas não são “mulheres comuns”, pois possuem na marca de gênero e/ou sexualidade que atravessa seus corpos uma miríade de enlaçamentos que as relega à margem. E, no processo de produção política de seus corpos, convocam essa especificidade como atributo para sua atuação política, como marca central capaz de gerar identificação em outras pessoas.

Ao se apresentarem, especialmente nos primei-

ros dias de campanha, as candidatas estabelecem relações diversas sobre aspectos de suas vidas, trajetórias e experiências. Além do destaque às principais pautas e bandeiras de campanha, as publicações são marcadas pela mobilização de distintos marcadores de gênero, de sexualidade, de geração, de classe, de origens e pertencimentos étnico-raciais, como indicadona **tabela 1**.

Ainda que esta pesquisa parta de um recorte de gênero e sexualidade, é fundamental compreender que tais marcadores são constituídos e representados de maneiras diferentes conforme nossa localização dentro de relações globais de poder fortemente imbricadas em processos econômicos, políticos e ideológicos, como nos lembra Avtar Brah (2006). A autora destaca que “dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas” (Brah, 2006, p. 341). Nesse sentido, as candidatas são “mulheres trans”; “mulheres da periferia”; “travestis pretas”; “mulheres do candomblé”; “sapatonas”, de modo que cada descrição está conferida a uma condição social específica.

A identidade comum compartilhada – aquela que rompe com a norma cisheteronormativa – também é atravessada por diversas experiências que estabelecem a construção subjetiva dessas sujeitas. A experiência entendida como o “processo pelo qual, para todos os seres sociais, a subjetividade é construída” (De Lauretis, 1984, p. 159) é interpretada nas relações estabelecidas com a raça, a classe, a família, a profissão, a religiosidade, o ativismo e também nas identificações e diferenciações intragrupo.

Compreendendo que capitais econômicos e culturais se articulam na construção de diferenciações e desigualdades, faz-se importante vislumbrar como as origens, deslocamentos e pertencimentos às estruturas de classe se apresentam como relevantes para as candidatas. Não por acaso, a profissão aparece como elemento identificatório fundamental para as mesmas. Além de serem lésbicas, bissexuais e trans, as candidatas colocam-se como pessoas qualificadas para o exercício de funções públicas a partir da exposição de suas atribuições e perfis profissionais.

Elas são “professoras”, “estudantes”, “artistas”, “advogadas” e “pesquisadoras”. Mas não só. No processo

[7] Entender-se lésbica, gay, bissexual, trans e/ou pessoa não-binária em uma sociedade patriarcal forjada pela cisheteronormatividade significa, não raro, carregar no corpo a marca da diferença. De tal forma que a simples representação fotográfica desses corpos poderia ser interpretada como um discurso identitário.

[8] Ao longo do texto, em alguns momentos, acrescentamos o prefixo “cis” ao conceito de heteronormatividade (Berlant e Warner, 2002) por compreender que a heteronormatividade pressupõe corpos que se identificam com o gênero designado ao nascimento, considerando assim a “matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero” (Mattos e Cidade, 2016, p. 116). A heteronormatividade carrega consigo a noção de que “a humanidade e a heterossexualidade são sinônimos” (Warner, 1993, p. xxiii).

Lésbica	20	Origem	21
Bissexual	9	Religião	6
Mulher trans	16	Mãe	10
Travesti	10	Esposa	2
Transexual	9	Jovem	3
Transex	1	PcD	3
Pansexual	1	Ativista	19
LGBTQIA+	13	Militante	9
Mulher LBT	1	Defensora direitos LGBT	5
Mulher	7	Feminista	17
Mulher negra	14	Feminista negra	4
Mulher preta	4	Transfeminista	4
Travesti preta	3	Transmilitante	4
Negra	5	Antirracista	3
Da Periferia	8	Antifascista	2
Favelada	3	Comunista	1
Profissão	41	Socialista	3
Idade	21	Ecossocialista	1

**Tabela 1.** Categorias identitárias em publicações de apresentação (N=99).

*Table 1.* Identity categories in presentation publications (N=99).

de identificação de classe, a origem e/ou pertencimento às zonas distantes dos centros ou áreas nobres das cidades é salientado em expressões como “da periferia” ou “favelada” e também se faz presente na categoria “origem”, buscando uma conotação positiva de regiões marginalizadas. Nesse sentido, essas mulheres buscam também subverter uma norma que secularmente estabeleceu a política institucional como espaço exclusivo/majoritário de corpos de homens, heterossexuais e oriundos de famílias abastadas. As candidatas são também “mães” e, escapando à compreensão convencional de família, denominam-se “mãe solo adotiva e lésbica<sup>[9]</sup>”, “mãe bissexual<sup>[10]</sup>” e “mãe preta de uma criança preta<sup>[11]</sup>”.

A associação aos movimentos feministas e às lutas LGBTs aparece como referência importante para as candidaturas. Não “O” feminismo, no singular. Mas uma pluralidade de vertentes, tendências e perspectivas é manifestada nas maneiras como as candidatas se apresentam: “feminista”, “feminista negra”, “transfeminista”, “transmilitante”. Salienta-se aqui os feminismos da diferença reivindicando especificidades e demarcando suas

existências, especialmente com marcadores de raça e de identidade de gênero. Ao acionarem outras denominações, elas rejeitam a promoção da “mulher genérica que é branca e de classe média” (Collins, 2020, p. 37).

Outro aspecto relevante é pensar como “dependendo do contexto, indivíduos e grupos podem ser opressores em alguns contextos, oprimidos em outros e, ainda, simultaneamente, opressores e oprimidos” (Collins, 2020, p. 395). Ou seja, as candidatas evidenciam características que as colocam em locais de opressão, mas, paralelamente, reiteram sistemas de desigualdade quando suprimem informações sobre seus locais de privilégio.

Relembramos que, desde uma perspectiva dos estudos culturais, a linguagem trabalha sempre no sentido de marcar a diferença da norma – aquela considerada “natural” e, portanto, sem necessidade de “anúnciação”. Neste sentido, assim como a heterossexualidade, que “passa despercebida como linguagem básica sobre os aspectos sociais e as pessoas” (Berlant e Warner, 2002, p. 230), também a cisgeneridade e a branquitude não são nomeadas por pessoas cisgêneros e brancas. À exceção

[9] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CG4dC05hZHC/>

[10] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHkiiOTps6X/>

[11] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGa-zzfJQyt/>



Figura 1. Exemplo de publicação classificada como apresentação.  
Figure 1. Example of a publication classified as presentation.



Figura 2. Exemplo de publicação classificada como apresentação.  
Figure 2. Example of a publication classified as presentation.

estão os discursos de candidatas que se colocam como “antirracistas” - estabelecendo um local de aliança, ainda que de maneira segura e não desestabilizadora da norma.

No que se refere à ausência de pertencimento étnico-racial de pessoas não-negras, Maria Aparecida da Silva Bento (2002) nos dá pistas para pensar a profundidade da questão: “a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado” (Bento, 2002, p. 26). A autora escancara, então, um dos grandes desafios apontados pelos feminismos negros e decoloniais na contemporaneidade: compreender e trabalhar a partir da centralidade da raça nas discussões empreendidas na América Latina.

Como afirmou Lélia Gonzalez (1984), ainda nos anos 1980, uma das maiores urgências dos feminismos no Brasil - o mesmo pode ser estendido aos movimentos LGBTs-, é reconhecer a centralidade da raça para a construção social do país mais negro da América do Sul. O Brasil é forjado pela extrema segregação de negros e indígenas, garantindo, em diversos níveis, a superioridade da população branca enquanto grupo dominante. Exclusões que reverberam mesmo dentro de grupos minoritários, como o da população LGBT, e cuja ausência/silêncio merece atenção em nível de militância e de ativismo político-institucional.

Outro aspecto de destaque perpassa a religiosidade das candidatas. Exceto uma, todas as demais acionam esse marcador identitário a partir de ligações com religiões de matriz africana (“yalorixá”, “candomblecista” e “mãe de santo”). A exceção é a Reverenda Alexya Salvador, candidata do partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em São Paulo (SP). Travesti e pastora que em suas publicações defendeu, repetidamente, o estado laico<sup>[12]</sup> e o combate ao fundamentalismo religioso<sup>[13]</sup> no Legislativo. Sobre isso, sublinhamos que apenas duas<sup>[14]</sup> candidaturas, entre as 312 mapeadas, adotaram títulos religiosos no registro eleitoral. Em contraste, 8.704 candidatos e candidatas se registraram utilizando títulos religiosos nas eleições de 2020. O mais utilizado, de acordo com os dados do TSE<sup>[15]</sup>, foi o de pastor/pastora (51%) seguindo uma tendência de aumento

da participação de lideranças religiosas ou de políticos ligados a igrejas neopentecostais nos processos eleitorais do Brasil. Aqui, propomos a seguinte reflexão: seriam as candidaturas de lésbicas, bissexuais e trans as únicas “candidaturas identitárias” na política institucional?

## “Eleja a primeira da história”: interseccionalidades inéditas em campanha

A ocupação dos espaços de poder, em especial na política institucional, está diretamente associada às possibilidades de transformação social ou, por outro lado, à perpetuação de desigualdades sistêmicas. No momento atual, a “nova direita” (Lacerda, 2019), ou seja, aquela organizada em torno da defesa da família patriarcal e burguesa, do anticomunismo e do militarismo, vem fortalecendo a representação neoconservadora nas casas legislativas e transformando os processos democráticos.

Nesse sentido, as publicações classificadas pelo ineditismo (N=80), além de denunciarem a sub-representação histórica de minorias políticas na esfera pública de tomada de decisões, sobretudo mulheres negras e não-cisheterossexuais, também indicam um esforço coletivo na busca por maior visibilidade política. Conforme podemos ver na **figura 3**.

A visibilidade é, historicamente, uma categoria chave da luta de ativistas lésbicas, bissexuais e trans no Brasil. No Instagram, o ineditismo das candidaturas é acionado como uma estratégia de visibilização que serve, simultaneamente, para combater imagens estigmatizadas desses corpos e publicizar as pautas e as lutas políticas que representam. Ao pesquisar os regimes de visibilidade do ativismo trans, Mario Carvalho (2015) propõe pensar os processos que visam superar a exclusão sistemática dessas pessoas no espectro de inteligibilidade humano para além do “tornar visível”, mas como uma transformação de “não-pessoas” em “pessoas”.

O ineditismo das candidaturas passa por sentidos de “organização”, “luta”, “denúncia”, ao mesmo tempo que carrega a responsabilidade de enfrentar e

[12] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGcostNjiwf/>. Acesso em: 30/11/2020.

[13] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHISWNgJQp-/>. Acesso em: 30/11/2020.

[14] A segunda é de Mãe Mirelle Bueno, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), sacerdotisa de Umbanda e candidata em Pirassununga (SP).

[15] Disponível em: [www.g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml](http://www.g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml). Acesso em: 15/09/2021.



**Figura 3.** Exemplo de publicação classificada como ineditismo.  
**Figure 3.** Example of a publication classified as unprecedented.

mudar o sistema cisheteronormativo. Esse sentimento de responsabilidade, fortemente associado à construção da identidade coletiva, é perceptível no discurso de inúmeras candidatas, como o exemplo da **figura 4**.

Além de reforçar a importância de eleger a primeira “travesti preta e feminista<sup>[16]</sup>” da cidade, a candidata do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em Blumenau (SC), evoca o papel da representatividade política no rompimento com a realidade atual. Esse conceito, bastante debatido nos movimentos sociais, pressupõe a possibilidade da eleição de representantes que possam atender às demandas de grupos sociais específicos. Além de seus interesses, também pelas suas características pessoais, para que possam se identificar e se sentir “presentes” na organização política, explica Maurizio Cotta (1998).

Mas há limites nessa possibilidade de identificação. Como lembra Céli Pinto (2010), uma das questões centrais quando o tema é a presença da mulher na arena pública de decisões é, precisamente, quais mulheres queremos nesses cenários. A autora questiona se seriam todas as mulheres, independente de classe,

posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder.

### “Orgulho de ser”: as interseccionalidades entre disputas e resistências

Gênero e a sexualidade, embora sejam categorias distintas, muitas vezes são compreendidas como indissociáveis e em constante tensionamento com o regime social normativo. A produção do gênero nos corpos, assim como do próprio sexo (Butler, 2015), é perpassada por incessantes transformações nos aparatos políticos, econômicos, culturais e científicos, de modo que a melhor maneira de compreender o corpo, segundo Butler (2015), não é como uma superfície pronta à espera de significação, mas sim um conjunto de fronteiras individuais e sociais politicamente significadas e mantidas.

Nesse sentido, é fundamental considerar a produção das identidades políticas lésbicas, bissexuais e trans perpassada por processos múltiplos, dentre eles a oposição

[16] Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CHWH\\_gLFNsZ/](https://www.instagram.com/p/CHWH_gLFNsZ/). Acesso em: 30/11/2020.



**Figura 4.** Exemplo de publicação classificada como ineditismo.  
*Figure 4.* Example of a publication classified as unprecedented.

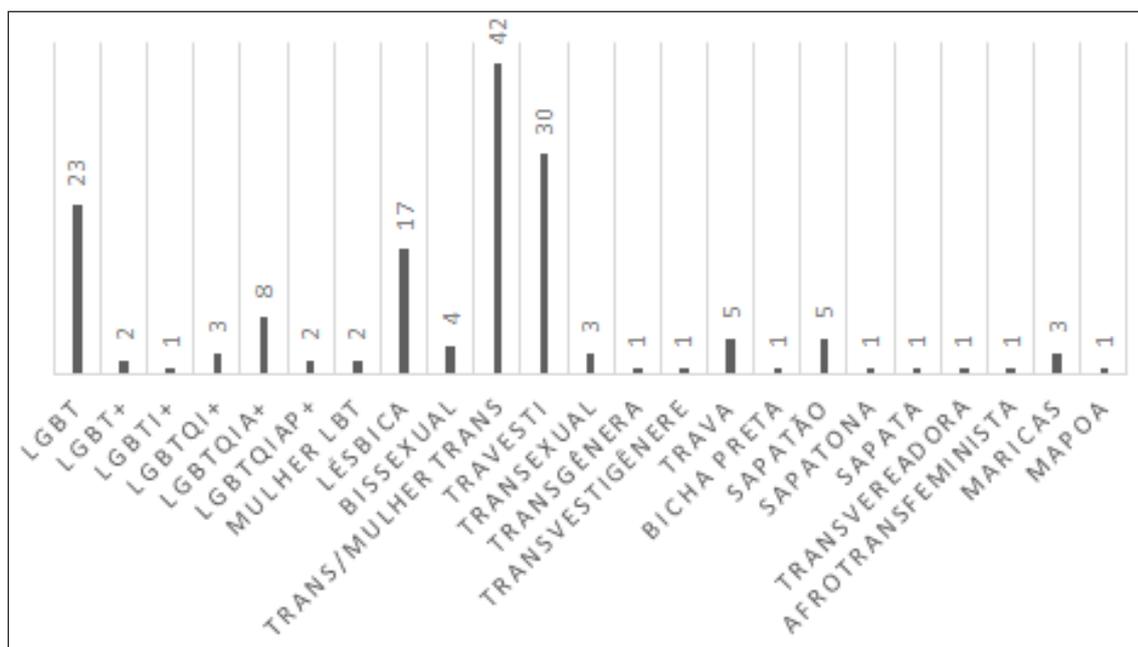
negativa aos sujeitos simbolicamente pertencentes ao espaço político-institucional, ou seja, brancos, masculinos, cisgêneros, heterossexuais e de elite. Assim, as maneiras pelas quais as candidatas se afirmam (N=180), no que se refere à gênero e sexualidade, demonstram a fluidez e a proliferação de discursos sobre corpos fora da norma.

O campo da linguagem é determinante na produção da cisheteronormatividade. Daniel Borrillo (2010), ao analisar as formas pelas quais os dicionários apresentam os termos “heterossexualidade” e “homossexualidade”, constata que o primeiro é dito como a sexualidade normal, sem sinônimos, enquanto o segundo é marcado pela profusão de vocábulos. Assim, a heterossexualidade, naturalizada em diversos planos, não precisa ser nomeada, nem anunciada – assim como também a cisgeneridade e a branquitude (Silva, 2020). Na contramão, as identidades que escapam à cisheteronormatividade passam por um processo

de “nomeação superabundante” (Borrillo, 2010).

As candidatas mobilizam identidades políticas amplamente reconhecidas no ativismo, na academia e na sociedade em geral. São “lésbicas”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais”, “mulheres LGBT”. Mas são também “travestigênera”, “travesti preta”, “sapatona”, “afrotransfeminista”, categorias nativas que surgem no campo político e transitam entre marcadores identitários interseccionais mobilizando feminilidades, masculinidades, expressões raciais e de classe em um complexo jogo de identificações e diferenciações. São, ainda, “sapatão”, “trava” “bicha preta” e “maricas”<sup>[17]</sup> termos comumente utilizados para ofender que, ressignificados, tornam-se identidades políticas potentes que tensionam a cisheteronormatividade. São identidades instáveis, rasuradas, difusas e contemporâneas (Silva, 2020) cujos usos se proliferam no sentido de abandonar discursos de normalização e enquadramento.

[17] O termo foi utilizado em referência à declaração do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao dizer que o Brasil precisaria deixar de ser um “país de maricas” ao enfrentar a pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 04/09/2021.



**Gráfico 1.** Categorias utilizadas em publicações de afirmação (N=180).  
**Graph 1.** Categories used in affirmation publications (N=180).

As identidades políticas são ferramentas fundamentais nas disputas por direitos e reconhecimento social. Cabe ressaltar, nesse momento, que a produção dessas identidades envolve a publicização de aspectos subjetivos que estão em constante ataque na sociedade brasileira contemporânea. Sem produzir uma exceção, nossos dados revelaram múltiplos casos de agressões sofridas pelas candidatas, tanto nas ruas<sup>[18]</sup>, quanto na internet<sup>[19]</sup>. As respostas, via Instagram, também foram categorizadas como discursos de afirmação.

Os ataques às candidaturas LBT podem ser inseridas em um contexto de crescente violência antigênero que vem se avolumando no país desde 2011, com a eleição de Dilma Rousseff (PT) para a presidência do país, e tornada ainda mais aguda após as eleições presidenciais de 2014. A própria vitória de Jair Bolsonaro (sem partido), na disputa de 2018, representa o retorno a um estilo de masculinidade hegemônica e revanchista reforçado por discursos reacionários que vêm acirrando as disputas políticas e morais no cenário nacional e internacional.

Porém, o Instagram – caracterizado por sua multimodalidade –, ou seja, o uso para além do viés lingüís-

tico, permitiu que as candidatas capturassem, editassem e publicassem fotos e vídeos, interagissem com outros usuários por meio de *lives*, ainda mais popularizadas em razão da pandemia de Covid-19, e reagissem aos ataques de formas variadas. Nesses cenários, as *affordances* do Instagram possibilitaram, por exemplo, uma sobreposição textual a partir da reprodução de *tweets* agressivos (**Figura 5**) e uma resposta adequada da candidata na legenda da postagem, criando uma nova camada de sentidos.

Como vimos, o Instagram é uma plataforma utilizada por pessoas diferentes, e de formas diferentes. Assim, argumentamos que as candidaturas aqui analisadas mobilizam interseccionalidades de forma múltipla e complexa. Em comum, partem de um rompimento com a norma cisheteronormativa. Além disso, racismo, patriarcalismo e opressões de classe são alguns dos sistemas discriminatórios que aparecem nos discursos como operadores de desigualdades, hierarquizando as sujeitas em relação aos gêneros, raças, etnias, classes, entre outras. Como afirma Patrícia Hill Collins, “os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental e que formas de

[18] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/agressao-colaboradora-candidata-trans.htm>. Acesso em: 10/09/2021.

[19] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGniLc1J53S/>. Acesso em: 10/09/2021.



**Figura 5.** Exemplo de publicação classificada como ineditismo.

**Figure 5.** Example of a publication classified as unprecedented.

opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (Collins, 2019, p. 57). Nesse sentido, as candidatas se valem de discursos de afirmação entre confrontos e acolhimentos, descobrindo-se politicamente potentes.

## Considerações finais

Analisar as identidades-interseccionais acionadas por candidatas lésbicas, bissexuais e trans nas eleições municipais de 2020 se mostrou uma tarefa desafiadora. No Instagram, essas mulheres disputaram cadeiras nos legislativos municipais, e mais, disputaram também narrativas. Atravessadas por uma miríade de marcadores identitários e pertencentes a distintos grupos sociais minoritários, as candidatas mobilizaram estruturas sociais e tensionaram tradições patriarcais ao ocuparem esses espaços públicos de tomada de decisão.

Em um cenário de polarização política e emergente onda neoconservadora, temas relativos a gênero e sexualidade – e por extensão, aos corpos, aos desejos, às práticas e aos comportamentos sexuais – têm ocupado

um local central no debate público e, por consequência, nas disputas políticas. As candidaturas analisadas neste trabalho não apenas sustentaram propostas em defesa dos direitos da população LGBT, como partiram, em maioria, de discursos marcados pela autoidentificação enquanto mulheres lésbicas, bissexuais e trans.

Nos dados coletados, as publicações classificadas como “apresentação” demonstraram a multiplicidade de elementos considerados nucleares na construção das candidaturas. Além da trajetória profissional e, muitas vezes, de ativismo nos movimentos sociais organizados (feminista, negro, estudantil, LGBT), as candidatas também enlaçaram às suas identidades sexuais e de gênero dissidentes, características de raça/etnia, classe social, geração e filiação ideológica.

Entretanto, não podemos deixar de observar como os marcadores sociais que colocam parte das candidaturas em posição de privilégio, especialmente a raça, é suprimida do debate das pessoas negras. A marcação da diferença está praticamente nos corpos negros. Aos corpos brancos, em poucas oportunidades, o papel de aliado na luta antirracista aparece como elemento fundamental para a identificação.

As publicações marcadas pelo “ineditismo” das candidaturas revelaram aspectos importantes da consciência de identidade coletiva construída, sobretudo entre candidatas negras. Além disso, indicaram um forte sentimento de responsabilidade associado a essa presença inédita nas Câmaras Municipais. Com destaque, a noção de representatividade política foi acionada pelas candidatas em contraste à exclusão sistemática desses corpos dos espaços de poder. Já os discursos de “afirmação” explicitaram a potência política dessas identidades rasuradas. Nas fronteiras da norma, as candidatas se construíram “travas”, “sapatonas”, “afrotransfeministas”, “transvereadoras”, “mães bissexuais”, “maricas”, “travestis pretas”, manejando visibilidades, enfrentamentos e reivindicações.

Reverberamos Kathy Davis (2008) ao apontar que a interseccionalidade alerta para o fato de que o mundo à nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que poderíamos antecipar. Assim, reconhecendo os limites deste trabalho, entendemos que muitos desdobramentos seriam possíveis, como um olhar crítico sobre a relação entre candidaturas e partidos políticos, ou então uma análise focada nos usos e apropriações do Instagram na circulação dos discursos de campanha. De todo modo, o esforço aqui empreendido se propôs a contribuir com pesquisas futuras quanto a potências das identidades dissidentes na política brasileira.

## Referências

- AKOTIRENE, C. 2019. *Interseccionalidade*. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen, 152p.
- BARDIN, L. 2007. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 229p.
- BENTO, M. A. S. 2002. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes, p. 25-58.
- BERLANT, L.; WARNER, M. 2002. Sexo em público. In: JIMÉNEZ, R. (ed.). *Sexualidades Transgressoras: uma antologia de estudos queer*. Barcelona, Içaria, p. 229-257.
- BORRILLO, D. 2010. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, Autêntica, 141p.
- BRAH, A. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26):329-376.
- BRAH, A. 2007. Travels in negotiations: difference, identity, politics. *Journal of Creative Communications* 2 (1&2), p. 245-256.
- BOURDIEU, P. 2004. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BUTLER, J. 2015. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte, Autêntica.
- CARVALHO, M. 2018. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidade de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu* (52):1-35.
- COLLINS, P. H. 2019. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Rio de Janeiro, Boitempo, 496p.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. 2021. *Interseccionalidade*. São Paulo, Boitempo, 288p.
- COTTA, M. 1998. Representatividade Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília, Editora UnB, p. 1001-1007.
- CRENSHAW, K. W. 2002 Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1):171-188.
- CRENSHAW, K. W. 2004. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília, Unifem.
- CROWDTANGLE T. 2020. *CrowdTangle*. Facebook, Menlo Park, California, United States. URL: <https://apps.crowdtangle.com/search/>.
- CUCHE, D. 2002. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, EDUSC, 260p.
- D’ANDRÉA, C. 2020. *Pesquisando plataformas online: conceitos e método*. Salvador, EDUFBA.
- DAVIS, A. 2016. *Mulheres, raça e classe*. Rio de Janeiro, Boitempo, 308p.
- DAVIS, K. 2008. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1):67-85.
- DE LAURETIS, T. 1984. *Alice doesn't: Feminism, semiotics, cinema*. London, MacMillan, 232 p.
- FOUCAULT, M. 2015. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo, Paz e Terra, 176p.
- FOUCAULT, M. 1999. *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France*. São Paulo: Edições Loyola, 80p.
- GONZALEZ, L. 1984. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244.
- HALL, S. 2014. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Editora Vozes, p. 103-133.
- HENNING, C. E. 2015. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, 20(2):97-128.
- LACERDA, M. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019. 228p.
- LOURO, G. L. 2004. *Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 96p.
- MANOVICH, L. 2016. *Instagram and Contemporary Image*. New York. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/instagram-and-contemporary-image>. Acesso em: 18/07/2021.
- MATTOS, A. R.; CIDADE, M. L. R. 2016. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*, 1(5):133-153.
- NEWMAN, N.; FLETCHER, R.; SCHULZ, A.; ANDI, S.; NIELSEN, R. K. 2020. *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Oxford: Reuters Institute, Oxford University.
- PINTO, C. 2010. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, 18(36):15-23.
- PISCITELLI, A. 2008. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2):263-274.
- PRECIADO, P. B. 2019. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 421-430.
- SCOTT, J. 2005. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1):11-30.
- SILVA, T. T. 2000. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes, p. 73-102.

- SILVA, F. N. 2020. *Sapatões e mídia: produções de identidade a partir de práticas de recepção*. Florianópolis, SC. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 261p.
- SPIVAK, G. C. 2014. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 174p.
- WARNER, M. 1993. Introduction. In: WARNER, M.(Org.). *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, p.vii-xxxi.
- WEEKS, J. 2000. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 35-82.
- WOODWARD, K. 2000. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Identidade e diferença. Petrópolis, Vozes, p. 7-68.
- ZAGO, G.; BASTOS, M. T. 2013. Visibilidade de notícias no Twitter e no Facebook: análise comparativa das notícias mais repercutidas na Europa e nas Américas. *Brazilian Journalism Research*, 9(1):116-133.